



Após 11 horas de sabatina, comissão aprova indicação de Fachin para STF

Marcos Oliveira/Agência Senado



Luiz Fachin fala durante a sabatina na Comissão de Constituição e Justiça: perguntas sobre desapropriação e poligamia

Senadores questionaram candidato sobre poligamia e desapropriações. Palavra final cabe ao Plenário, que decidirá na terça-feira se confirma a escolha de jurista do Paraná para o cargo de ministro do Supremo

Depois de sabatiná-lo desde a manhã até a noite, a Comissão de Constituição e Justiça aprovou o jurista Luiz Edson Fachin para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal. A indicação agora terá que ser submetida ao Plenário. Na sabatina, Fachin teve de explicar posições polêmicas

defendidas no passado. Ele afirmou aos senadores que a fidelidade entre marido e mulher é a estrutura da família e que a propriedade é direito fundamental. Questionado por ter apoiado a campanha de Dilma em 2010, disse que, como ministro do STF, não terá dificuldade para julgar nenhum partido. **3**

Lista de doenças que garantem isenção de IR vai à Câmara **3**

Berzoini: banda larga chegará a 95% da população em 3 anos

A estimativa foi feita pelo ministro das Comunicações em audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia. Ricardo Berzoini disse que, entre outras ações, o Programa Banda Larga para Todos investirá na ampliação da rede de fibras ópticas. **8**



Genálio Mangel/Agência Senado

Collor apresenta acusações e pede impeachment de Rodrigo Janot **4**



Reprodução

Nesta edição, encarte do informativo da Procuradoria da Mulher



Jonas Pereira/Agência Senado

Renan Calheiros fala a jornalistas sobre MP do ajuste fiscal

Ajuste fiscal será analisado com portas abertas a trabalhadores

O Senado começa a examinar no dia 20 a Medida Provisória 665, que restringe o acesso ao seguro-desemprego, ao abono salarial e ao seguro-defeso. Apesar da votação tumultuada na Câmara,

o presidente do Senado, Renan Calheiros, em encontro com centrais sindicais, garantiu acesso a galerias do Plenário e disse que o custo não pode ser jogado sobre o trabalhador. **5**

Sessão especial do Senado vai homenagear Luiz Henrique **4**

Plenário receberá texto que barra estranhos em escola pública **7**

Reconhecimento de Brizola como herói da pátria é aprovado **6**

Clubes da Série A dizem estar unidos contra MP do Futebol **4**

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI
Estatuto da Juventude



Secom | Criação e Marketing

Liberdade é ter autonomia

Os jovens sonham ser livres e independentes. Por isso, o Congresso Nacional aprovou o Estatuto da Juventude, que permite a você que tem entre 15 e 29 anos viver com mais autonomia.

É a lei ajudando os jovens a alçar voos cada vez maiores.

saiba mais em:
www.senado.leg.br/agoraelei



Senado terá comissão para rever o pacto federativo

Presidente da Confederação Nacional de Municípios apresentou documento que propõe mudanças na legislação. PEC que obrigaria União a complementar recursos pra pagar piso dos professores é uma delas

O SENADO DEVE criar uma comissão para estudar proposições relativas ao pacto federativo. A decisão foi tomada pelo presidente da Casa, Renan Calheiros, após reunião com o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski. O representante dos prefeitos veio pedir ao Senado prioridade na votação de projetos que ajudem a rever a relação entre a União e os demais entes federados para amenizar a situação difícil dos municípios brasileiros.

— É hora de rever o pacto federativo e o Senado é a Casa da Federação por natureza constitucional. Aqui tem três senadores por estado. Nós temos que regular essa Federação — disse.

O presidente do Senado disse que a Casa está aberta à agenda municipalista e informou que a comissão de senadores deve rediscutir o pacto federativo e medidas para recuperar a capacidade de investimento das cidades. O colegiado deve ser instituído durante a Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, conhecida como Marcha dos Prefeitos, que será realizada entre 25 e 28 de maio.

Segundo Ziulkoski, aproximadamente 15 senadores participaram da apresentação de um documento da entidade que indica proposições em



Ziulkoski e Renan (C) discutem meios de aumentar capacidade dos municípios

tramitação e sugere novas mudanças na legislação. Um dos textos sugeridos é uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que obrigue a União a complementar os recursos para o pagamento do piso dos professores.

— Um dos problemas dos governadores e prefeitos é cumprir a lei do piso do magistério. Nós queremos pagar o piso, mas não temos dinheiro. A União não entra com nenhum centavo para o cumprimento do piso, até hoje não entrou — explicou.

Atualmente, de acordo com a justificativa do texto, estados e municípios podem gastar até 60% dos recursos Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) com pessoal, mas a CNM aponta que a média nacional

é de 77%. Cristovam Buarque (PDT-DF) está colhendo assinaturas para formalizar a PEC.

Assim como Ziulkoski, Waldemir Moka (PMDB-MS), que participou da reunião, apontou o custeio como o principal problema dos municípios atualmente.

— Mandam recursos para fazer uma creche ou um centro de saúde, mas o duro dos prefeitos é o custeio, é o dia a dia — apontou o senador.

Entre os maiores problemas nessa área, o presidente da CNM citou programas do governo federal que estão com o valor do repasse defasado, como a merenda escolar, o Saúde da Família, a atenção básica à saúde e o transporte escolar. Por isso, a CNM quer a aprovação de um texto que impeça a União de criar despesas para estados e municípios sem indicar a fonte dos recursos.

Audiência debate gestão de recursos hídricos hoje

A estrutura institucional para a gestão dos recursos hídricos será debatida pela Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) em audiência pública hoje. A comissão, presidida por Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), receberá os ministros da Integração Nacional, Gilberto Occhi, e das Cidades, Gilberto Kassab, e o presidente da Agência Nacional de Águas

(ANA), Vicente Andreu Guillo.

A crise hídrica e energética e a preparação do Brasil para a Conferência das Nações Unidas sobre Clima (COP-21), em novembro, são as prioridades da CMMC em 2015. A água já foi tema de audiência em abril, quando especialistas defenderam a recuperação de áreas desmatadas, diminuição de emissões e produção de energia por fontes não poluentes.

ACOMPANHE E PARTICIPE
HOJE, às 14h30

- ▶ **Envie sua pergunta ou sugestão:**
• <http://bit.ly/audienciainterativa>
• Alô Senado: 0800 612211
- ▶ **Portal e-Cidadania:**
www.senado.leg.br/ecidadania
- ▶ **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal)
- ▶ **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
- ▶ **TV:** www.senado.leg.br/TV
- ▶ **Taquigrafia:**
<http://bit.ly/comissaoClima>

Paim apela ao governo para que não desampare alunos do Fies

Paulo Paim (PT-RS) pediu ontem ao governo que não deixe estudantes do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) desamparados. Por causa da necessidade de economizar recursos, o governo limitou o número de novos contratos do Fies neste semestre.

O senador lamentou que milhares de estudantes tenham que abandonar cursos e disse esperar que o Ministério da Educação dialogue com as universidades para buscar soluções.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Omar pede derrubada do veto a reajuste de servidor da Suframa

Omar Aziz (PSD-AM) protestou ontem contra o veto da presidente Dilma Rousseff à parte da Medida Provisória (MP) 660/2014 que previa a reestruturação na carreira de servidores da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e reajuste dos vencimentos.

O senador disse esperar que o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, apresente uma solução antes que o Congresso tenha que apreciar o veto.



Maurício Matiz/Agência Senado



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Três décadas de luta da população indígena por seus direitos são retratadas em mostra inaugurada ontem no Salão Branco. A exposição *Povos Indígenas no Brasil 1980/2013 — retrospectiva em imagens da luta dos povos indígenas no Brasil por seus direitos coletivos* segue até o dia 22. A iniciativa é de João Capiberibe (PSB-AP), com a embaixada da Noruega e o Instituto Socioambiental (ISA).

Câmara precisa retomar análise do Estatuto do Índio, cobra Telmário Mota

O Estatuto do Índio está para ser votado na Câmara há mais de 20 anos, segundo Telmário Mota (PDT-RR). Ele pediu ontem que os deputados retomem a análise do projeto, que está engavetado enquanto outros estatutos já foram aprovados.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Telmário disse que o esta-

tuto vigente, de 1973, está ultrapassado. Ele afirmou que é “extremamente triste” a falta de atualização do estatuto, tão necessária para os povos indígenas do país. A velocidade de tramitação na Câmara dos Deputados, na avaliação dele, está diretamente ligada aos interesses dos ricos.

CORREÇÃO



Na página 5 de ontem, foi publicada erradamente uma foto da senadora Fátima Bezerra (PT-RN) no depoimento dado pela senadora Lídice da Mata (PSB-BA), cuja imagem correta está ao lado.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- PLENÁRIO Seguro-desemprego**
14h O PLV 3/2015, oriundo da MP 665 (que altera regras do seguro-desemprego), tranca a pauta. Às 17h, sessão extraordinária analisa o novo Código Penal.
- PRESIDÊNCIA Ordem do dia**
16h Renan Calheiros preside a ordem do dia da sessão deliberativa.
- CI Painéis fotovoltaicos**
8h30 O PLS 167/2013, que reduz alíquotas de tributos incidentes sobre painéis fotovoltaicos e similares, é um dos itens da pauta da comissão.
- CAS Moradia para idosos**
9h Reunião deliberativa com 10 itens — entre eles, o PLC 52/2011, sobre reserva de habitações para idosos de baixa renda nos programas oficiais de moradia.
- CDR Debate sobre ICMS 1**
9h Audiência discute o PRS 1/2013, sobre fixação de alíquotas de ICMS nas operações e prestações interestaduais. Participam secretários de Fazenda estaduais.
- SUBCOMISSÃO Belo Monte**
9h Instalação e eleição de presidente e vice-presidente da subcomissão temporária para acompanhar a execução das obras da Usina de Belo Monte.

- CCJ Sistema majoritário**
10h Entre outros itens, comissão analisa a PEC 90/2011, que institui sistema majoritário na eleição a deputado federal.
- CE Financiamento da educação**
10h30 Ciclo de audiências sobre financiamento da educação básica traz especialistas e representantes do governo.
- CDH Teclas em braile**
11h Projeto que obriga sistema braile nas teclas dos caixas eletrônicos (PLS 129/2007) é um dos itens em pauta.
- CMO Reunião extraordinária**
12h Continuação de reunião extraordinária da Comissão Mista de Orçamento (CMO).
- CDR Debate sobre ICMS 2**
14h Nova audiência pública sobre projeto que trata da fixação de alíquotas de ICMS nas operações interestaduais.
- MP 671/2015 Gestão do futebol**
14h Comissão da medida provisória que cria o programa de gestão do futebol faz audiência com clubes das séries B e C.
- CMMC Recursos hídricos**
14h30 Audiência pública interativa da Comissão Mista de Mudanças Climáticas debate a gestão dos recursos hídricos.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Constituição e Justiça. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Comissão aprova indicação de Fachin para STF

Depois de uma maratona que durou quase 11 horas, postulante foi aprovado por 20 votos a 7. Decisão final cabe ao Plenário do Senado, que marcou votação para terça-feira

APÓS QUASE 11 horas de maratona, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou no final da noite de ontem, por 20 votos a 7, a indicação de Luiz Edson Fachin para o posto de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). O nome precisa agora ser analisado no Plenário, o que deve acontecer, segundo o presidente do Senado, Renan Calheiros, na terça-feira.

Fachin foi indicado pela presidente Dilma Rousseff para ocupar o posto de Joaquim Barbosa, que se aposentou em julho de 2014. Para chegar à mais alta Corte do país, Fachin terá ainda de ser aprovado por 41 dos 81 senadores.

A maratona na CCJ, que contou com a participação popular via internet, foi aberta com muita discussão sobre procedimentos formais a serem adotados na audiência e com reclamações sobre o pouco tempo para apresentação de perguntas.

Na tentativa de suspender a arguição, Ricardo Ferraço (PMDB-ES) levantou uma questão de ordem, alegando que Fachin acumulou irregularmente o exercício da advocacia privada com a atuação como procurador do estado do Paraná.

A tese de Ferraço se baseou na suposta violação da Constituição paranaense, de 1989, e da Lei Complementar Estadual 51/1990. A alegação era de que ambas já proibiam o exercício da advocacia aos procuradores antes da nomeação de Fachin para o cargo. O argumento teve o apoio de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Ronaldo Caiado (DEM-GO), José Agripino (DEM-RN), Antonio Anastasia (PSDB-MG) e Magno Malta (PR-ES), que votaram a favor de recurso de Ferraço pela suspensão da maratona.

Na outra ponta, 19 membros da comissão derrubaram esse recurso e deram o sinal verde para a maratona.

Antes das perguntas, Fachin, num discurso de pouco mais de 20 minutos, assumiu um “compromisso garantista” com os direitos fundamentais à família, à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade listados pela Constituição. Ele lembrou a infância humilde e fez questão de destacar a importância da democracia.

— Sou defensor das instituições republicanas e da democracia. Trago posições às vezes controversas, mas nunca me escondi atrás das palavras que me fizeram questionar o que me parecia injusto — declarou.

Qualidade técnica

Foi esse viés polêmico assumido pelo jurista que acabou sendo explorado por muitos críticos à sua indicação. A maratona foi aberta com a condenação de Aloysio à acumulação da advocacia privada com a atuação como procurador do Paraná.

— A lei é clara e não comporta duas interpretações. Como pode um edital de concurso prevalecer sobre letra expressa da Constituição? Acho que [Fachin] deveria reconhecer que houve um erro, mas insiste em justificar algo, no meu entender, absolutamente injustificável — afirmou.

A posição do senador tucano não foi unânime dentro do PSDB. Relator da indicação, Alvaro Dias (PSDB-PR) agradeceu a liberdade dada pelo partido para defender uma candidatura “da maior qualificação técnica”.

— O Paraná está unido em torno do nome de Fachin. A trajetória dele é de independência — disse Alvaro, acrescentando que, ao mesmo tempo em que atribuíram ao indicado eventuais relações com o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), seu currículo exibe participação na Câmara Arbitral da Federação das Indústrias de São Paulo e do Paraná.



Fachin (2º à esq.) é sabatinado em comissão do Senado. A seu lado, à mesa, os senadores Delcídio, Pimentel, Alvaro e Viana

Jurista condena aborto e afirma que fidelidade é base familiar

Luiz Fachin foi confrontado com questões controversas na maratona. Um exemplo foi a suposta defesa dos direitos da amante ao prefacionar um trabalho jurídico de pós-graduação.

— A fidelidade é um projeto de vida e de estrutura da família. A Constituição é o nosso limite — afirmou ontem.

Sobre a desapropriação de terra improdutivo, respondeu:

— O sistema a que devemos obediência é o que prevê a propriedade como direito fundamental e ressalva a propriedade produtiva.

Fachin, entretanto, reconheceu controvérsia doutrinária sobre a função social da propriedade, elemento que

norteia a desapropriação.

Apontado como simpatizante de movimentos sociais como o MST, Fachin disse que defende manifestações realizadas nos limites legais:

— As ações que são realizadas dentro da lei são ações legítimas. Algumas desbordam.

Em relação ao aborto, o candidato ao STF foi enfático:

— Digo numa palavra: sou contra. Sei que há discussões atinentes à saúde pública. Sou defensor da vida, da dignidade e da vida humana e estou dando minha posição pessoal de cidadão, cristão e humanista.

Sobre a redução da maioria penal, evitou ser incisivo, mas considerou uma possibili-

dade a ampliação das regras de internação fixadas no Estatuto da Criança e do Adolescente:

— Todos temos a percepção de ausência de punição. De muitos que já estão encarcerados, há população idêntica com mandado de prisão a ser cumprido. Esse tema precisa ser debatido, inclusive para que se discuta que sequela [a redução da idade penal] traria.

Em relação à Emenda 88 — que estendeu de 70 para 75 anos a idade para aposentadoria obrigatória de ministros dos tribunais superiores —, avaliou que a medida tem coerência com a elevação da expectativa de vida da população brasileira.

Não terei dificuldade para julgar nenhum partido, diz indicado

Na maratona, Luiz Fachin teve de dar explicações sobre o fato de ter lido um manifesto em defesa da candidatura de Dilma Rousseff à Presidência em 2010.

— Subscrevi um manifesto elaborado por alguns juristas de São Paulo. Fui convidado a fazer a leitura e não me furtei. Era um manifesto que eu havia assinado. Gostaria de salientar que não tenho

nenhuma dificuldade, nenhum comprometimento, caso eventualmente venha a vestir a toga do Supremo, em apreciar e julgar qualquer um dos partidos políticos de nossa Federação — garantiu.

Indagado sobre os longos pedidos de vista feitos pelos ministros do Supremo, o que resulta no atraso da conclusão dos processos, o jurista disse que é preciso seguir o que diz

o regimento da Corte — duas sessões subsequentes após o pedido:

— Por outro lado, o juiz também precisa formar sua convicção. Precisa elaborar seus fundamentos. Estou examinando em tese para dizer que a Justiça precisa ser célere, mas determinadas questões, pela complexidade, exigem tempo para elaboração de juízo de valor.

Vai à Câmara lista de doenças com isenção de Imposto de Renda

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem em turno suplementar substitutivo a projeto de lei (PLS 315/2013) de Paulo Paim (PT-RS) que concede isenção de Imposto de Renda sobre proventos de aposentadoria ou reforma aos portadores de doenças reumáticas, neuromusculares e osteoarticulares crônicas ou degenerativas.

O relator da proposta na CAE, Romero Jucá (PMDB-RR), manteve a inclusão

da doença de Huntington (um distúrbio neurológico hereditário) e da linfangioleiomiomatose (uma doença cística pulmonar rara) no rol de doenças cobertas pelo texto. Ambas foram introduzidas, respectivamente, por emendas de Waldemir Moka (PMDB-MS) e do ex-senador Paulo Davim quando da aprovação de substitutivo ao projeto pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

— Nosso parecer é pela justiça social. Nós já demos

esse tratamento [isenção de IR] para outros segmentos que têm doença grave — argumentou Jucá, observando que a economia gerada pelo benefício permitirá a seus portadores investir mais em medicamentos e procedimentos terapêuticos.

Como a aprovação do texto ocorreu em caráter terminativo, o projeto poderá ser enviado diretamente à Câmara dos Deputados, se não houver recurso para votação em Plenário.



Waldemir Moka foi o responsável por adicionar a doença de Huntington à lista

Pedido, proposto por Dário Berger, foi aprovado ontem. Data da solenidade ainda será marcada. Senador morreu no domingo, em Santa Catarina, vítima de um infarto

Casa fará sessão de homenagem a Luiz Henrique

O SENADO FARÁ uma sessão especial para homenagear a memória do senador Luiz Henrique, morto no domingo passado, vítima de um infarto. A data da sessão ainda será marcada.

A proposta da sessão, apresentada por Dário Berger (PMDB-SC), foi aprovada ontem.

O presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), Cristovam Buarque (PDT-DF), encabeçou ontem uma homenagem a Luiz Henrique durante a reunião do colegiado:

— Poucos senadores na história deste país tiveram tão clara a consciência da importância do avanço científico e tecnológico na construção da nação, como ministro que ele foi, com os discursos que ele fez, com a postura que ele teve como senador.

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) lembrou da participação de Luiz Henrique na elaboração da Constituição e considerou sua perda lamentável para a política brasileira.

Omar Aziz (PSD-AM) citou a história do senador na luta pela redemocratização

brasileira, quando ainda era do MDB.

Helio José (PSD-DF) registrou a tristeza que percebeu na população de Joinville na ocasião do enterro do senador, o que demonstra como Luiz Henrique era querido e respeitado.

O próprio ministro Ricardo Berzoini, que participou de uma audiência na CCT, se disse enlutado pela perda do senador, um “homem de diálogo, de firmeza nas suas ideias, mas muita qualidade na relação política e na relação humana”.

Magno Malta (PR-ES) definiu a morte de Luiz Henrique como uma perda para Santa Catarina e para o Brasil. Malta lembrou que o senador era um democrata, que lutou contra a ditadura.

Para Eunício Oliveira (PMDB-CE), Luiz Henrique sempre atuou buscando novos rumos para a sociedade brasileira, com firmeza e capacidade:

— Era um grande companheiro e um grande brasileiro, que eu aprendi a admirar ainda muito jovem.



Raupp, Vanessa, Berger, Lídice, Bauer, Garibaldi e Capiberibe fazem pronunciamentos para homenagear Luiz Henrique

Senadores lembram atuação política do colega

Senadores usaram ontem a tribuna para homenagear o colega Luiz Henrique, morto no domingo. Segundo Valdir Raupp (PMDB-RO), o catariense desempenhou “papel fundamental na construção de um país melhor e democrático”.

Nas palavras de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Luiz Henrique foi “um grande político e um ser humano ímpar”. Ela destacou sua atuação na articulação do pacto federativo no Congresso. Também lembrou seu papel na instalação de uma escola do Balé Bolshoi em Joinville (SC).

— Ele ajudou a fazer de Santa Catarina o que é hoje — ela disse.

Emocionado, Dário Berger (PMDB-SC) afirmou:

— Foi um cidadão do mundo, culto, leitor ávido, apreciador da boa música, entusiasta da cultura como elemento catalisador do desenvolvimento social. Viveu e morreu na sua amada Joinville.

Lídice da Mata (PSB-BA) apontou a coragem e a intrepidez que marcaram a militância de Luiz Henrique durante a ditadura militar, quando organizou o MDB:

— Àquela época, era um gesto de coragem e ousadia.

Paulo Bauer (PSDB-SC) lembrou que foi adversário de Luiz Henrique em muitas eleições. Segundo Bauer, ele sempre respeitou seus adversários e soube administrar a

opinião contrária e conflitante de forma bastante pacífica.

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) definiu o colega como “inteligente, corajoso, capaz e competente”.

João Capiberibe (PSB-AP) afirmou que Luiz Henrique tinha a percepção de que o modelo construído pela Nova República já estava esgotado e sempre atuou na reconstrução democrática do país.

Por meio de nota, Zeze Perrella (PDT-MG) lembrou que trabalhou com Luiz Henrique na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT): “Graças a sua iniciativa, o Brasil tem hoje regulamentada a exploração dos minérios das terras-raras, importante setor da nossa economia”.

Clubes criticam exigências previstas na MP do Futebol

Representantes de clubes das Séries A e D do Campeonato Brasileiro de Futebol disseram ontem estar unidos na oposição às regras da medida provisória (MP) que propõe o refinanciamento de dívidas fiscais das agremiações.

Eles participaram de audiência pública na comissão mista — formada por senadores e deputados — que faz a análise prévia da MP 671/2015 (MP do Futebol).

Os debatedores alegaram que a medida exige contrapartidas exageradas e invade a autonomia dos clubes.

— Os clubes se uniram de uma forma que poucas vezes vimos para combater algo abusivo — disse Gustavo Delbin, advogado do São Paulo.

Luiz Felipe Santoro, advogado do Corinthians, questionou, por exemplo, a obrigatoriedade de centralizar as movimentações financeiras do clube em um só banco. Para ele, a impossibilidade de dividir o caixa pode debilitar a agremiação.

— Isso é pensar só nas dívidas tributárias, mas os clubes também têm as trabalhistas. Se vem uma penhora na conta e o clube fica impedido de cumprir obrigações, ele sofre as sanções e perde o parcelamento — alertou.

Ex-presidente do Treze Futebol Clube (PB), Eduardo



Em audiência pública, representantes dos clubes disseram que estão unidos

Medeiros criticou duas exigências cruzadas: os clubes participantes do refinanciamento só podem entrar em competições organizadas por entidades que respeitem as regras da MP, enquanto os organizadores só podem aceitar em seus torneios agremiações que tenham aderido ao programa.

— Se eu adiro, fico na expectativa de outros também aderirem, sob pena de eu ser punido pela MP com a perda de tudo, mesmo estando em dia — explicou.

Os debatedores asseguraram que estão dispostos a saldar as dívidas com a União.

— Nenhum presidente quer fugir da responsabilidade. Mas a medida confundiu dívida fiscal e tributos com moralização e com intervencionismo — disse Daniel Nepomuceno, presidente do Atlético Mineiro.

Felipe Baumann, advogado do Internacional, sugeriu a contrapartida social, intensifi-

cando trabalhos que os clubes já fazem com jovens.

Para o presidente do Avaí (SC), Nilton Macedo, os clubes estão recebendo um tratamento mais rígido do que outras empresas que precisam refinar dívidas.

O presidente do Grêmio, Romildo Bolzan Junior, criticou a MP por impor a criação de ligas entre os clubes que aderirem ao refinanciamento. Para ele, as ligas devem surgir naturalmente, por uma necessidade de melhorar a gestão.

A comissão faz nova audiência hoje com clubes das Séries B e C e de futebol feminino.

ACOMPANHE E PARTICIPE

HOJE, às 14h

▶ Envie sua pergunta ou sugestão:

- <http://bit.ly/audienciainterativa>
- Alô Senado: 0800 612211

▶ Portal e-Cidadania:

www.senado.leg.br/ecidadania

▶ Facebook: senadofederal

▶ Twitter: @agencia_senado

▶ TV: www.senado.leg.br/TV

Collor pede à Mesa do Senado impeachment de Rodrigo Janot

Fernando Collor (PTB-AL) protocolou ontem quatro representações contra o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, por crimes de responsabilidade. Se acolhidas, as acusações podem resultar em processo de impeachment.

Na primeira das representações, o senador argumenta que Janot agiu sem critérios na abertura de processos contra investigados da Operação Lava-Jato, selecionando “como bem entende” os que responderão a ação penal e “permanecendo inerte” ante acusações contra outros suspeitos. Collor está entre os políticos contra quem Janot pediu abertura de inquérito.

Collor acusa Janot de abuso de poder, por ter requerido busca e apreensão no gabinete do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). A ação da Polícia Federal dentro do Congresso, segundo Collor,

viola a separação dos Poderes.

O procurador-geral é acusado de autopromoção, por ter “transformado sua segurança pessoal em um espetáculo de mídia” durante uma visita a Uberlândia (MG) e por ter recebido manifestantes contrários ao governo e posado para fotos com eles num ato na frente da Procuradoria.

A última das representações trata do desperdício de dinheiro público. Collor alega que membros do Ministério Público têm feito uso de passagens e diárias de forma abusiva, “tudo autorizado expressamente pelo procurador-geral”.

Ele pede que o Senado forme uma comissão para analisar a admissibilidade das denúncias. Caso alguma seja acatada, o colegiado emitirá parecer sobre o caso. A decisão final cabe ao Plenário. É necessário o voto de dois terços dos senadores para que o impeachment se concretize.



Pietro Franco/Agência Senado



José Cruz/Agência Senado

Collor acusa Janot de agir sem critérios nos processos da Operação Lava-Jato

Apesar de trancar a pauta, a previsão é de que o texto comece a ser examinado pelos senadores no dia 20. Renan garantiu a sindicalistas que dará acesso ao Plenário

Primeira MP do ajuste fiscal chega ao Senado

O SENADO RECEBEU ontem o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 3/2015, decorrente da Medida Provisória (MP) 665/2014. O ofício da Câmara foi lido pelo senador Dário Berger (PMDB-SC), que presidia a sessão. O projeto, aprovado na semana passada na Câmara, é a primeira proposta do pacote de ajuste fiscal do governo a chegar ao Senado e dificulta a obtenção do seguro-desemprego e do abono salarial.

A MP já tranca a pauta do Senado. A previsão é de que ela comece a ser examinada na próxima quarta-feira. Na Câmara, a MP foi aprovada com diferença de apenas 25 votos, com deputados da base governista votando contra o governo e parlamentares da oposição apoiando o ajuste. O texto aprovado é de autoria do senador Paulo Rocha (PT-PA), relator da comissão mista que emitiu parecer sobre a MP.

Apesar das dificuldades na Câmara, o relator crê que a MP terá uma tramitação mais tranquila no Senado, já que o texto foi discutido “com o governo e com as centrais sindicais”.

Para o senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), o debate será “muito duro”. Ele disse que a MP subtrai direitos trabalhistas e sociais do cidadão. Segundo o senador, o governo deveria demonstrar solidariedade em um momento de crise, quando muitos brasileiros estão perdendo o emprego, e deveria “cortar na própria carne”.

O senador Paulo Paim (PT-RS) disse que espera diálogo e entendimento

sobre a MP, embora admita que seja difícil o governo mudar de opinião.

Projetos em comum

O presidente do Senado, Renan Calheiros, encontrou-se ontem com o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, para discutir convergência da pauta das duas Casas, ajustar o calendário de votações e dar andamento aos projetos em comum.

Renan informou que a reforma do Código Penal (PLS 236/2012) está na pauta de hoje em regime de urgência. Porém, líderes partidários serão consultados para decidir se é necessário que o texto retorne para exame na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).



Em encontro com sindicalistas, Renan criticou a forma como o ajuste fiscal vem sendo conduzido

Centrais sindicais pedem a rejeição de propostas que alteram a CLT

Representantes de quatro centrais sindicais pediram ontem a Renan a rejeição das MPs 664/2014 e 665/2014, que alteram a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O presidente do Senado ouviu os argumentos dos integrantes da Força Sindical, ConLutas, Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB) e Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), acompanhados do deputado federal Paulo Pereira da Silva (SD-SP) e do senador Paulo Paim (PT-RS).

Renan voltou a afirmar que, embora defenda uma regulamentação para a terceirização, é contra liberar esse

tipo de contratação para a área-fim. Garantiu aos sindicalistas que haverá ampla discussão sobre questões ligadas às categorias. Convidou as centrais para participarem da sessão temática sobre terceirização marcada para o dia 19 e afirmou que as galerias estarão abertas para a sociedade quando o Plenário for votar propostas que tratem de direitos trabalhistas.

Ele contou aos trabalhadores que conversou com a presidente Dilma Rousseff sobre uma agenda positiva para o setor produtivo do país durante viagem para Joinville (SC), na segunda-feira, quando participaram

do velório do senador Luiz Henrique.

— Propus: presidente Dilma, temos de fazer um pacto. O Congresso está consciente e convencido de sua responsabilidade. Se temos na Lei de Diretrizes Orçamentárias uma meta para a inflação e para o superávit, por que não tratarmos, nessa proposta, a manutenção dos empregos?

Renan criticou a maneira como o ajuste fiscal vem sendo conduzido.

— É um ajuste trabalhista, e não fiscal, como vem sendo anunciado. Não devemos jogar o custo no trabalhador e sim estimular setores produtivos, que geram mão de obra — disse.

Relator da LDO de 2016 será o deputado Ricardo Teobaldo

O relator do projeto que define as regras para a montagem do Orçamento do próximo ano, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2016, será o deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE). O nome foi confirmado pela presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senadora Rose de Freitas (PMDB-ES).

Deputado estadual por dois mandatos e ex-prefeito de Limoeiro, município com cerca de 56 mil habitantes no agreste pernambucano, Teobaldo está no primeiro mandato na Câmara.

A proposta da LDO chegou

ao Congresso em abril. Uma das incumbências do deputado será avaliar o cenário econômico projetado pelo governo, com crescimento real para a economia de 1,3%, salário mínimo de R\$ 854 e inflação de 5,6%. O país deve economizar, para mostrar capacidade de pagar os juros da dívida pública (superávit primário), R\$ 126,73 bilhões, o que equivale a 2% do produto interno bruto (PIB). Nesse esforço, o governo federal deverá contribuir com R\$ 104,55 bilhões (1,65% do PIB). A relatoria da proposta orçamentária, anunciada no mês

passado, ficou com o deputado Ricardo Barros (PP-PR). A do projeto do Plano Plurianual (PPA), ainda não confirmada, deve ficar com o deputado Zeca Dirceu (PT-PR). Também não foi confirmado o relator da receita. Dois senadores disputam o cargo: Acir Gurgacz (PDT-RO) e Eduardo Amorim (PSC-SE). Eles já ocuparam essa relatoria: o primeiro em 2011 e o segundo em 2013.

A indicação dos relatores setoriais não teve acordo entre os líderes partidários na CMO. Nova reunião de líderes deve ocorrer hoje para essa definição. Há discordância não só



Rose, presidente da Comissão de Orçamento, com líderes para definir setoriais

com as relatorias que caberão a cada partido, mas também em relação ao número delas. Rose de Freitas propôs, no mês passado, ampliar o número de setoriais dos atuais 10 para 22.

Depois, ela reduziu para 16 e ainda não obteve apoio dos líderes para esse número. Hoje, às 12h, está prevista reunião ordinária da CMO.

(Da Agência Câmara)

Audiências discutem ICMS de operações interestaduais

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) faz hoje audiência pública, às 9h, para debater projeto que trata da fixação de alíquotas do ICMS nas operações e prestações interestaduais (PRS 1/2013).

Estão convidados os secretários de Fazenda de Alagoas, George Santoro; do Amazonas, Afonso Lobo Moraes; do Distrito Federal, Leonardo Colombini; de São Paulo, Renato Villela; e de Santa Catarina, Antonio

Marcos Gavazzoni. Os senadores José Serra (PSDB-SP) e Delcídio do Amaral (PT-MS), líder do governo no Senado e relator do projeto, completam a lista dos debatedores.

Outro debate ocorrerá à tarde, a partir das 14h. O coordenador dos secretários estaduais de Fazenda do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), José Barroso Tostes Neto, e os senadores Romero Jucá (PMDB-RR) e Walter Pinheiro (PT-BA) estão na lista de

debatedores. O Ministério da Fazenda também deve enviar um representante.

O requerimento para a realização das audiências é do senador Wellington Fagundes (PR-MT). Para ele, é importante ouvir todos os lados envolvidos na cobrança do ICMS para que o projeto em debate possa traduzir, da melhor maneira possível, o equilíbrio das finanças estaduais, o estímulo ao desenvolvimento regional e o fim da guerra fiscal no país.

Pedido de vista adia votação de projeto que socorre municípios produtores de petróleo

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) adiou a votação de proposta que permite a estados e municípios com perda de arrecadação na exploração de petróleo a contratação de empréstimos como antecipação de receitas.

A excepcionalidade é prevista em projeto (PRS 15/2015) dos senadores Marcelo Crivella (PRB-RJ) e Rose de Freitas (PMDB-ES). Pedido de vista do texto, feito por Fernando

Bezerra Coelho (PSB-PE), provocou polêmica na comissão e não permitiu a votação da proposta defendida pela bancada do Rio de Janeiro.

Entre outros pontos, Bezerra contestou o fato de o socorro previsto no projeto limitar-se aos estados e municípios produtores de petróleo, quando todos tiveram perdas com as desonerações de impostos promovidas pelo governo federal até o ano passado.

Proposta foi aprovada pela Comissão de Educação e agora será submetida ao Plenário. Ex-governador se destacou pela luta contra a ditadura

Avança projeto de lei que reconhece Leonel Brizola como herói da pátria

A COMISSÃO DE Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem um projeto que inclui o nome de Leonel Brizola no *Livro dos Heróis da Pátria*.

Brizola foi o único político do país eleito em votação popular para governar dois estados diferentes — Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Também se notabilizou pela atenção que dava à educação e pela resistência ao regime militar imposto em 1964.

O projeto, que agora irá para o Plenário, teve origem na Câmara. Do ex-deputado Vieira da Cunha, o PLC 67/2014 também diminui a exigência de 50 anos da morte do homenageado para a inclusão de seu nome no livro. O autor propõe 10 anos.

O *Livro dos Heróis da Pátria* fica exposto no Panteão da Pátria, na Praça dos Três Poderes, em Brasília, e serve de homenagem aos brasileiros que se destacaram na defesa do país. Nele estão inscritos Tiradentes, Zumbi dos Palmares e Santos Dumont, entre outros.

Camponeses

Filho de camponeses, Brizola nasceu em Carazinho (RS) em 1922. Batizado como Itagiba de Moura Brizola, adotou o nome de um líder maragato da Revolução de 1923, Leonel Rocha. Ele morreu aos 82 anos, em 21 de junho de 2004.

A relatora da proposta na CE, Ana Amélia (PP-RS), manifes-



Candidato à Presidência duas vezes, o gaúcho tinha a educação como bandeira

tou-se a favor da aprovação do projeto. Mesmo sem ter chegado a presidente da República, afirmou a senadora, Brizola marcou a história do Brasil. Entre outros fatos, ela citou a atenção especial que Brizola sempre deu à educação. Lembrou que no Rio de Janeiro ele criou os centros integrados de educação pública (Cieps), escolas de tempo integral com toda a infraestrutura para estimular a aprendizagem.

— A proposição para uma incluir seu nome no *Livro dos Heróis* é uma homenagem mais do que merecida — disse.

Cristovam Buarque (PDT-DF) destacou o papel de Brizola para garantir a posse do vice-presidente João Goulart no lugar de Jânio Quadros, que renunciara ao posto em 1961. Para isso, formou a chamada Campanha da Legalidade, conectando emissoras de rádio de todo o país em defesa da

solução constitucional, ante a ameaça de um golpe militar:

— A Campanha da Legalidade foi um marco da história deste país, o marco de uma ação de cidadania e uma demonstração de como alguém pode pegar o microfone e resistir, já que não tinha acesso a canhões para enfrentar os

militares — comentou.

Lídice da Mata (PSB-BA) lembrou que, em sua volta à vida política depois do exílio, Brizola apresentou ao país sua proposta de “socialismo moreno”, ideia acompanhada de “forte abordagem da questão racial”. Por isso, atraiu para os quadros do PDT, partido que ele criara, destacadas lideranças do movimento negro, como Abdias Nascimento, que foi senador, e Carlos Alberto Oliveira, que foi deputado.

— A luta de Brizola se inspirou em Joaquim Nabuco, quando abordou a educação e soube, com toda perspicácia, destacar a bandeira da questão racial, que até então os partidos de esquerda consideravam menor, já que não se referia à luta de classes — disse a senadora.

Fundador do PDT, político governou Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro

Aos 23 anos, Leonel Brizola foi um dos fundadores do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no Rio Grande do Sul. Um ano depois, em 1946, ele já seria eleito deputado estadual, iniciando longa carreira política. Em 1958, elegeu-se governador do estado.

Após o golpe militar de 1964, Brizola, que era liga-

do ao presidente deposto, perdeu os direitos políticos e se exilou no Uruguai. Em 1979, beneficiado pela Lei da Anistia, retornou ao país e fundou o Partido Democrático Trabalhista (PDT), retomando a vida política.

Em 1982, foi eleito governador do Rio de Janeiro, cargo para o qual foi reeleito em 1990.

Texto obriga lanchonete a ter cardápio em braile

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem a obrigatoriedade de cardápios em braile em restaurantes, bares e lanchonetes. Braile é o sistema de escrita que permite aos cegos ler utilizando o tato.

O projeto (PLC 48/2011) já havia sido aprovado, em decisão final, pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), mas um recurso apresentado por vários

senadores levou-o ao Plenário.

No recurso para votação em Plenário, os autores argumentam que o projeto é inexequível, porque “lanchonetes e similares de pequeno e médio porte ficam sujeitas a penalidades desproporcionais aos benefícios” da medida.

Para quem não respeitar a exigência do cardápio em braile, o texto determina a aplicação de multa de R\$ 100. Além disso, a cada reincidência

será cobrado o dobro da multa anterior.

A autora da proposta é a deputada Luiza Erundina (PSB-SP). Ela lembra que a Constituição garante a todos o direito à informação e, para que o acesso universal seja possível, “é necessário legislar sobre questões simples e ao mesmo tempo tão fundamentais para a vida diária das pessoas com deficiência”.

No relatório sobre a matéria

na CDH, a então senadora Ana Rita defendeu a aprovação da proposta, destacando que o texto atende à Convenção da ONU sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e complementa o Código de Defesa do Consumidor.

Na CAE, o relator, Waldemir Moka (PMDB-MS), apresentou voto pela aprovação da matéria.

Com a aprovação na CAE, o projeto seguirá agora para o Plenário do Senado.

Governo federal precisa cuidar de imigrante, diz Viana

Jorge Viana (PT-AC) disse que o governo do Acre não tem mais condições de acolher os imigrantes que chegam ao Brasil pelo estado. Segundo o senador, o Acre recebeu 36 mil imigrantes ilegais, a maioria haitianos. Também afirmou que o governador, Tião Viana, já enviou carta ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e ao ministro da Casa Civil, Aloizio Mercadante, sobre o tema.

— O Acre chegou ao limite. O governador avisa as autoridades. Estive com o ministro da Justiça. Ministro, o governo do Acre não tem nem a prerrogativa constitucional nem as condições para lidar com um tema que é das Nações Unidas e tem que ser tratado pelo Itamaraty, pelo governo federal, e não pelo governo do Acre — afirmou.

Ana Amélia destaca lei que favorece doentes de câncer

Ana Amélia (PP-RS) comemorou o primeiro ano da Lei da Quimioterapia Oral, proposta por ela, que acabou com a judicialização dos tratamentos de câncer que podem ser feitos em casa.

A senadora lembrou que antes os pacientes tinham que recorrer à Justiça para conseguir dos planos de saúde a medicação oral a ser ministrada em casa.

— Cada vez que um paciente precisava do remédio, tinha que ir à Justiça. Agora não. A lei está garantindo aos usuários dos planos o tratamento contra o câncer em casa com os remédios de uso oral.

Ana Amélia também pediu a Rose de Freitas (PMDB-ES), que preside a Comissão Mista de Orçamento, que designe o relator do projeto que destina recursos para o pagamento dos integrantes do fundo de pensão Aerus (PLN 2/2015).



Waldemir Barreto/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Edição: Silvío Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cíntia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Marina Domingos, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)



Em reunião presidida por Romário, Ana Amélia dá parecer favorável ao projeto, que agora segue para análise em Plenário

Proposta evita entrada de estranhos em escola pública

Projeto do senador Paulo Bauer obriga os estabelecimentos de ensino a registrarem os dados de pessoas que terão o acesso permitido para tratar dos interesses do aluno, além do pai e da mãe

A COMISSÃO DE Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem projeto que obriga as escolas públicas de educação básica a registrarem, no ato da matrícula, os nomes das pessoas autorizadas a ingressar no estabelecimento de ensino para tratar de interesses do aluno, além dos pais ou representantes legais. O objetivo é ampliar o controle de acesso, evitando a presença de estranhos no ambiente escolar.

Os senadores optaram por manter o texto original de Paulo Bauer (PSDB-SC), o Projeto de Lei do Senado (PLS) 572/2011, no lugar do substitutivo em exame (SCD 7/2015), que foi proposto pela Câmara dos Deputados. Agora a proposta seguirá ao Plenário do Senado, para decisão final.

Há apenas uma pequena diferença de redação entre o texto original e o substitutivo. Nesse último, os demais autorizados a ingressarem na escola seriam também obrigados a manter os dados atualizados durante o ano letivo, e não apenas os pais.

A relatora do tema na CE, Ana Amélia (PP-RS), considerou desnecessária a exigência ao defender o texto original. Segundo ela, caso a lista elaborada no ato da matrícula fique desatualizada, os responsáveis principais “sentirão, pelas próprias circunstâncias, a necessidade de realizar as alterações pertinentes”.

A proposta insere alteração no texto do Estatuto da Criança e do Adolescente. No debate, Ana Amélia disse que o PLS propõe uma medida simples

e ao mesmo tempo relevante para aumentar a segurança dos estudantes.

Bauer contou que decidiu apresentar o projeto logo depois da chacina de crianças na Escola Municipal Tasso de Oliveira, no Rio de Janeiro, em abril de 2011. O assassino, Wellington Menezes de Oliveira, 23 anos à época, invadiu a escola armado com dois revólveres e começou a disparar contra os alunos, matando 12.

O senador disse que, em um dos dois mandatos que exerceu como secretário de Educação de Santa Catarina, já havia adotado a exigência de identificação das pessoas para a entrada nas escolas da rede básica estadual. Para ele, a tendência é de que a medida seja adotada também em toda rede privada de educação.

Pacto contra violência é defendido em debate

A implantação do Pacto pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, firmado entre governo federal e estaduais, foi um dos temas de audiência pública promovida ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH), destinada a fazer um balanço dos resultados da Lei Maria da Penha. O pacto tem como um dos principais eixos a Casa da Mulher Brasileira (CMB), que possibilitará atendimento amplo a vítimas de violência.

A representante da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Aparecida Gonçalves, informou que ainda neste mês estará em funcionamento a CMB de Brasília, e outras já estão em obras nas demais capitais. Aparecida reconhece que aspectos relacionados à burocracia, como a lentidão nas licitações e no próprio andamento das obras, têm criado obstáculos.

— Você põe os Poderes Judiciário e Executivo, o Ministério Público e a Defensoria no mesmo espaço físico e obedecendo a protocolos de atendimento, além de toda uma estrutura voltada para

o acolhimento da mulher e eventuais crianças — lembrou.

A reunião foi presidida por Ângela Portela (PT-RR), para quem o pacto só terá resultados efetivos se houver recursos do Orçamento da União:

— Hoje menos de 20% dos municípios têm uma estrutura mínima voltada para o atendimento à mulher. Em Roraima, para todo o estado, existe apenas uma delegacia especializada — disse.

É a mesma visão de Donizeti Nogueira (PT-TO), que acredita que as casas-abrigo são caras até para municípios de médio porte. O senador ainda lamentou que, desde a promulgação da Lei Maria da Penha, mais de 1 milhão de mulheres foram assassinadas e cerca de 500 mil, estupradas.

Menos agressões

Aparecida Gonçalves alertou os senadores que a lei já teria produzido uma consequência prática: o aumento das denúncias das vítimas de violência.

Daniel Cerqueira, do Ipea, apresentou três pesquisas do órgão indicando que a lei diminuiu o número de agressões às mulheres. Os estudos

basearam-se em números oficiais do governo e da ONU relacionados a casos de assassinato. Desde a promulgação da lei em 2006, as mortes de mulheres por razões de gênero apresentaram um aumento de 10%, número bem inferior a qualquer outra base de comparação durante esse período.

— Os números de assassinato são indicadores de outros casos de violência grave ou de agressões. Temos muito a avançar, mas podemos dizer que centenas de milhares de mulheres deixaram de ser agredidas desde a vigência da Maria da Penha — defendeu.

Cerqueira também acredita que o maior desafio no momento é a efetivação de uma estrutura estatal, integrando estruturas de governo, para que mais estados e municípios tenham delegacias especializadas e casas de abrigo. Lembrou ainda que a lei atua como “elemento dissuasório”, ao empoderar a mulher e prevenir punições como a prisão e o afastamento do agressor do mesmo ambiente da vítima.

— Antes da lei se punia a agressão à mulher com pagamentos de cesta básica.

CPI define audiências para investigar assassinato de jovens

A CPI que vai investigar o assassinato de jovens no Brasil, proposta e presidida por Lídice da Mata (PSB-BA), aprovou ontem o plano de trabalho. Em 180 dias de vigência, o relator, Lindbergh Farias (PT-RJ), deve fazer diagnóstico da situação no Brasil por meio de audiências em que serão ouvidos pesquisadores, representantes do governo e de entidades ligadas ao tema. Três delas já foram aprovadas. Haverá visitas a estados com situação crítica e para conhecer experiências bem-sucedidas.

— Essa CPI supera qualquer preferência partidária ou alternância natural dos governos que enfrentam problemas. Trata-se de um desafio de todos os brasileiros — avaliou Lindbergh, que pretende, no relatório final, propor ações para diminuir o número de assassinatos de jovens no país. Serão abordados temas como maioria

penal, desarmamento, acesso a armas ilegais, violência policial e a baixa taxa de apuração desses crimes. Quem quiser enviar informações ou se manifestar sobre o trabalho da comissão pode acessar a página do colegiado no Facebook (www.facebook.com/CPIdosJovens).

As audiências ocorrerão às segundas-feiras, às 19h30. A primeira delas deve trazer o autor do *Mapa da Violência no Brasil*, Julio Jacobo; o especialista em segurança pública Luiz Eduardo Soares; o fundador do Laboratório de Análise da Violência da Uerj, Ignacio Cano; o coordenador do Núcleo de Estudos da Violência da USP, Sergio Adorno; e o diretor do Núcleo de Estudos de Cidadania, Conflito e Violência Urbana da UFRJ, Michel Misse. As outras duas devem ouvir várias entidades, como Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Anistia Internacional e Viva Rio.



Lindbergh, ao lado de Lídice, apresenta plano de trabalho da comissão

Para Dia Nacional de Combate à Tortura, comissão ouvirá governo

A criação do Dia Nacional de Combate à Tortura será debatida em audiência, aprovada ontem na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Telmário Mota (PDT-RR), relator do PLS 417/2013, que propõe a data especial, pediu a participação do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e do coordenador da Comissão Nacional da Verdade, Pedro Dallari.

Para Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), autor do projeto, o país não pode mais tolerar a prática de tortura, em total desrespeito às leis vigentes e convenções internacionais que o país apoia. No Brasil, o crime prevê prisão de dois a oito anos. Destacou que são “inúmeras e diárias” as denúncias de tortura em delegacias, presídios e em operações policiais. Relatório do Subcomitê de Prevenção à Tortura da ONU, de julho de 2012, indicou que os maus-tratos e a tortura são largamente utilizados no país.

Randolfe propõe como data especial 14 de julho, dia em

que o pedreiro Amarildo de Souza, detido em 2013 por policiais militares da UPP da Rocinha, no Rio de Janeiro, desapareceu. Torturado para a obtenção de informações sobre armas e drogas e por sofrer de epilepsia, ele não resistiu às agressões e faleceu no local.

Outra audiência aprovada, a pedido de Lídice da Mata (PSB-BA), vai discutir a realização dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, previsto para 23 de outubro em Palmas, com participação de delegações de mais de 40 países. O Brasil vai sediar o evento pela primeira vez. A CE também vai debater, a pedido de Telmário, relator do PLS 120/2015, de Davi Alcolumbre (DEM-AP), projeto que restringe no país a comercialização clandestina de esteroides ou peptídeos anabolizantes.

O presidente da CE, Romário (PSB-RJ), pediu também audiência para debater o tema “A educação e a sensibilização da sociedade sobre o Dia do Lúpus”, em 10 de maio.

Banda larga pode chegar a 95% da população

A meta foi apresentada ontem pelo ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini, ao estimar que, até 2018, o Brasil alcançará 300 milhões de conexões fixas e móveis à internet

ATÉ 2018, O Programa Banda Larga para Todos vai garantir a 95% da população brasileira acesso à internet de qualidade por um preço acessível. Foi o que garantiu ontem o ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini, em audiência pública da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Segundo ele, o projeto está em fase de elaboração pelo ministério e deverá elevar a velocidade média da banda larga brasileira dos atuais 5 megabits por segundo (Mbps) para 25. O número de conexões fixas e móveis, que hoje é de 197 milhões, também saltará para cerca de 300 milhões, de acordo com as previsões do ministro.

Para atingir esses objetivos, o programa inclui, por exemplo, o investimento na ampliação da rede de fibra óptica, visando alcançar 45% dos domicílios urbanos. Também se pretende ampliar a velocidade de conexão nas escolas públicas.

Berzoini mencionou as dificuldades regionais para garantir a universalização, especialmente nos estados do Norte e do Nordeste, onde a maior parte dos acessos é feita via satélite, um mecanismo mais instável do que a fibra óptica.

Além do lançamento de mais um satélite em 2016, para garantir internet onde não há a fibra, o ministro revelou haver um estudo, com a participação das Forças Armadas, para ins-

talhar fibra óptica subaquática nos leitos dos rios da região amazônica, o que garantiria capilaridade. Os custos da ação foram estimados entre R\$ 6 bilhões e R\$ 8 bilhões. Para Berzoini, a obra é fundamental no sentido de garantir o ensino a distância, a segurança e a integração econômica.

— Passar fibra óptica na floresta é complicado em termos ambientais. É mais fácil lançar nos rios — explicou.

Também é meta do ministério ampliar o número de municípios com internet móvel 3G (dos atuais 3.805 para 4.994) e 4G (323 para 1.142). Além disso, está em fase de estudo a implantação da tecnologia 5G, sempre buscando a ampliação das funcionalidades e velocidade de transmissão.

No debate, Walter Pinheiro (PT-BA) defendeu o “desbloqueio” dos recursos do Fundo de Universalização das Comunicações (Fust) para ampliar o acesso à banda larga e recebeu apoio de Berzoini. O ministro defendeu ainda mudanças na lei do Fust para permitir a aplicação em outros serviços além da telefonia fixa.

Ainda sobre a telefonia, Berzoini disse que os preços dos serviços ainda estão altos, mas que vêm caindo paulatinamente. Citou como uma das causas dos valores o sistema tributário brasileiro, especialmente o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Ele elogiou a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) por promover a redução da



Berzoini participa de audiência pública na CCT, presidida por Cristovam Buarque

tarifa de interconexão, hoje em R\$ 0,16 e com previsão de chegar a R\$ 0,02 até 2019.

Ao ser questionado por Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) sobre os cortes no orçamento para o setor, o ministro afirmou que está trabalhando para a preservação de

recursos, especialmente para os investimentos no satélite e no cabo de fibra óptica de interligação Fortaleza-Lisboa.

— Aachamos que o tratamento orçamentário da questão de telecomunicações deve ser um tratamento diferenciado — afirmou Berzoini.

Desligamento da TV analógica também está previsto para daqui a 3 anos

Outro processo em andamento no ministério é o desligamento da TV analógica, que será substituída pela digital. A meta também foi estabelecida para 2018, ou quando o sinal digital alcançar 93% dos domicílios brasileiros em cada município ou região. As primeiras cidades, Brasília e Rio Verde (GO), deixarão de receber o sinal analógico em 2016.

— A nossa meta é manter o calendário até 2018, mas, evidentemente, com a sensibilidade de observar que nós não

podemos privar nenhuma pessoa, nenhum domicílio do serviço de radiodifusão ao qual está acostumado.

O ministro afirmou que há recursos reservados para doação de conversores e antenas às 14 milhões de famílias beneficiárias do Bolsa Família.

Berzoini pediu a colaboração do Congresso para modernizar a legislação da radiodifusão brasileira, que ele considera burocrática. Lembrou que a lei em vigor é de 1962, época em que não havia conceito de rede

de televisão, internet nem telefonia móvel.

Ele sugeriu a realização de debates com a sociedade, radiodifusores e teóricos do setor para a formulação de uma proposta que atualize a legislação, sempre mantendo o pressuposto da liberdade de expressão, cláusula pétrea da Constituição.

O ministro afirmou que a burocratização e a lentidão nos processos de outorga afetam tanto veículos comerciais quanto educativos ou comunitários.

Como a audiência foi interativa, internautas questionaram a suposta obtenção de outorgas por parlamentares. Berzoini pediu que seja feita denúncia formal ao ministério para que, de lá, a demanda seja encaminhada ao Ministério Público.

— Temos que encontrar meios para acabar com a sensação de que há interesses políticos na concessão de outorgas — disse.

O senador Omar Aziz (PSD-AM) também classificou a legislação atual de obsoleta.

Comissão discutirá formas de incentivar conservação de floresta

A ampliação de mecanismos que remuneram aqueles que mantêm áreas florestadas que resultam em serviços ambientais, como a melhoria da qualidade do ar, será discutida em audiência pública na Comissão de Meio Ambiente,

Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

O requerimento para o debate, de Donizeti Nogueira (PT-TO), foi aprovado ontem.

O senador considera que prevalecem no país medidas para punir o descumprimen-

to de normas ambientais, sendo, porém, restritos os mecanismos para incentivar a preservação dos recursos naturais.

O pagamento por serviços ambientais, afirma ele, é uma estratégia de estímulo à

manutenção de florestas que contribuem para neutralizar gases de efeito estufa, proteger os cursos d'água e preservar a biodiversidade.

Com o debate, Donizeti quer conhecer as iniciativas em curso e discutir a necessidade de

mudanças na legislação para incentivar a prática.

Ele sugere que sejam convidados, entre outros, representantes da Agência Nacional de Águas (ANA) e dos Ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura.

Para Hélio José, situação da saúde no Distrito Federal é desoladora

Hélio José (PSD-DF) criticou o atendimento em saúde no Distrito Federal, classificando a situação como desoladora. Citando problemas como infraestrutura precária, falta de leitos, profissionais insuficientes e medicamentos escassos, o senador afirmou que os pacientes precisam apelar à Justiça para ter acesso aos serviços.

Ele criticou o planejamento do setor no DF e apelou ao governador Rodrigo Rollemberg para que recupere os hospitais e promova concurso público para profissionais de saúde.

— O déficit é de aproximadamente 4,5 mil servidores, entre médicos, enfermeiros, dentistas, técnicos e auxiliares de saúde. Os que trabalham sofrem pressão enorme em ambiente de trabalho precário, às vezes insalubre, cobrindo plantões intermináveis.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Humberto pede maior discussão do Congresso sobre o pacto federativo

Humberto Costa (PT-PE) alertou para a necessidade de a discussão do pacto federativo ganhar mais espaço no Congresso. O senador relatou que representantes da Confederação Nacional de Municípios estiveram no Senado para pedir pressa na tramitação de propostas sobre o assunto, entre elas as que tratam de piso salarial dos professores, ISS sobre leasing, saúde e merenda escolar.

Ele ressaltou a importância de o Congresso atuar como mediador entre prefeitos e a União em busca de um equilíbrio que dê mais autonomia aos entes federados.

— A discussão sobre o pacto federativo precisa tomar corpo no Congresso e ser encarada com a seriedade devida para que possamos repensar o Estado brasileiro e redefinir as competências de cada ente federado.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Bezerra afirma que PSB é contra impeachment de Dilma Rousseff

Fernando Bezerra Coelho (PE) afirmou que seu partido, o PSB, entende que o país precisa superar as turbulências atuais sem ferir a estabilidade institucional e a governabilidade. Por isso, segundo o senador, o PSB é contra eventual pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff. Diante dos fatos até agora revelados, avaliou o senador, a tentativa de impeachment deve ser afastada, até porque tornaria inviável a recuperação econômica e afugentaria os investidores, agravando a situação do país. Ele advertiu, no entanto, que o Executivo deve agir de forma a recuperar a credibilidade.

— Cabe ao Planalto e a seus ministérios fazerem sua parte, reduzindo gastos e adotando austeridade. A principal moeda a ser ofertada pelo governo à sociedade e ao mercado chama-se credibilidade.



Waldemir Barreto/Agência Senado